

APRESENTAÇÃO

Lutas de classe e Hegemonia são dois dos principais conceitos históricos abordados neste livro, de forma variada e com temporalidades distintas. Os eventos recentes que determinaram a avalanche da hegemonia burguesa sobre a vida da população mundial, tendo por base a pandemia do novo coronavírus, exemplificada nos milhares de mortos pela covid-19, pavimentou, com requintes de crueldade e degradação social, o atual projeto capitalista. Na prática, as lutas pelo direito à saúde pública, presentes na defesa pelo SUS e dos diversos organismos (universitários/acadêmicos) produtores de vacina, e a politização do imunizante no caso brasileiro (que foi responsável, dentre outros, pelo esfacelamento da aliança da direita presente na campanha eleitoral de 2018 sob a fórmula “bolsodória”) denota os níveis alarmantes da luta de classes e do processo de hegemonia em disputas. Dória foi o responsável por propor a “ração humana” para suprir a fome, e Bolsonaro é o mentor do quadro econômico e social do Brasil que obriga a classe trabalhadora a aumentar a procura por pés de galinha, osso e carne de peixe, refugio dos açougues brasileiros, que retornam às mesas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

As contrarreformas neoliberais avançam sobre a vida dos brasileiros e brasileiras, mantendo, em parte, a conciliação burguesa que redundou na eleição de Jair Messias Bolsonaro. Parte do ajuste estrutural do projeto de hiperconcentração de capital, e de recuperação de parte do excedente não criado pela força da desavergonhada fração rentista da burguesia (mas pelos trabalhadores), sob direção *Chicago boy* Paulo Guedes, atual ministro da economia brasileira, demonstra-nos a hostilidade do planeta para com a própria existência humana, e o aumento da violência e expropriação contra a classe trabalhadora. Trata-se de um projeto que concentra alto poder de opressão e violência como fórmulas para determinar o “encapsulamento” (Fontes, 2010) das lutas da classe trabalhadora, cujo escopo é a hiperexploração da força de trabalho e a retirada de quaisquer prerrogativas estatais que pudessem frear o avanço do reacionarismo brasileiro, que se conecta ao projeto de proporções continentais e extracontinentais.

As lutas recentes demonstram-nos a necessidade de alinhar a análise teórica para combater o ativismo subjugado aos ditames revisionistas dos tempos de pós-verdade (pós-moderno), que estilhaça os triviais laços e bandeiras de lutas dos trabalhadores ao sabor das medidas imediatistas e sem propósitos para a construção de projetos de transformações estruturais que pudessem formular uma nova hegemonia. Justamente aí reside o papel do intelectual, transformado em categoria histórica que tomamos de empréstimo da poderosa reflexão gramsciana, como intelectual orgânico, ou seja, àquele capaz de organizar a vontade coletiva nacional do outro lado do fronte onde se localizam as casamatas do capitalismo que assumem sua vertente extremada e avança contra a vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

Tão importante quanto as lutas sociais, e nunca desconectada destas, as análises históricas, teóricas e estruturais, dos projetos de hegemonia, são armas poderosas para a orientação e organização do *senso comum*, afim de transformá-lo em

bom senso, numa espécie de catarse coletiva para destruir os diversos gargalos de violência de toda sorte que recobrem a vida do proletariado brasileiro e mundial. Gramsci nos alertou sobre a importância de agir e refletir, elaborar teoricamente, a direção dos processos de transformações estruturais, segundo “O otimismo da vontade e o pessimismo da razão”, concedendo espaço para que o projeto do proletariado se transforme na direção moral da sociedade. Desta feita, seguir problematizando e trazendo a lúmen os diversos mecanismos de dominação e imposição da barbárie neoliberal extremada (Maciel, 2016) é o dever das armas da crítica, mas também é o produto das reflexões teóricas e metodológicas ferramental do ofício do historiador(a).

Os temas que organizam esta publicação ora disponibilizada de forma ampla, problematizam os diversos mecanismos de imposição das pautas da classe dominante nos quadros das lutas históricas por hegemônias. Trata-se de trabalho hercúleo desenvolvido pela linha de pesquisa com concentração em “Estado e Poder” do Programa de Pós Graduação em História (PPGH), nível doutorado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon-PR.

Nesta coletânea, reunimos uma miscelânea de capítulos que transitam entre o problema da terra, passando pelas organizações históricas das direitas, e das esquerdas, ao produto desta organização materializado nas redes sociais. Portanto, as reflexões que ora lançamos mão demonstram um conjunto orgânico de pesquisas, resultado de propósitos intelectuais que se conjugam na consolidação do doutorado em História da UNIOESTE, mais especificamente na linha *Estado e Poder*. São fruto de doutoramentos realizados no âmbito do Programa.

No capítulo I da presente obra, intitulado *Hegemonia, aparelhos privados e pesquisas na linha de pesquisa Estado e Poder*, escrito por Carla Luciana Silva e Gilberto Grassi Calil, analisa o uso da categoria “hegemonia”, termo central que estrutura e articula o universo categorial na obra do intelectual Antonio Gramsci. Docentes do PGGH da Unioeste, os autores destacam a importância de relacionar o período de sua escrita e as questões políticas e sociais articuladas nas discussões contemporâneas no Brasil. O capítulo está dividido em dois momentos, sendo que na primeira parte, apresentaram de maneira geral a forma como a categoria analítica “hegemonia”, vem sendo apropriada, tanto pela “nova direita” e “extrema-direita, quanto por parte da esquerda no Brasil. Num segundo momento, o capítulo analisou como a mesma categoria analítica, foi apropriada há quase duas décadas como referencial nos estudos da Linha de Pesquisa Estado e Poder do PPGH-UNIOESTE. Ao longo do texto, fica explícito o esforço intelectual dos autores para reafirmar o legado revolucionário de Gramsci.

Isabel Grassioli, autora do capítulo II desta obra, problematiza o poder de organização subjetiva e psíquica de alguns dos principais aparelhos de hegemonia das redes sociais em *O Facebook: Privatização das Formas de Sociabilidade na Internet e a Tendência a Uniformização dos Atos Psíquicos entre seus Usuários*. Retomando a poderosa teoria de Wilhelm Reich sobre *A Psicologia de Massas do Fascismo*, Grassioli nos brinda com uma leitura perspicaz e atenta a respeito dos excessos que a rede social *Facebook* comete ao transformar estruturas e sujeitos históricos em *massas sociais*, capturando informações valiosas a respeito das pautas psíquicas e sociais que

evidenciam o cenário de transformações que caracterizam a história do tempo presente.

No capítulo III, Leomar Rippel conta a história de uma das primeiras tentativas de luta armada contra a ditadura brasileira. No artigo *Operação Três Passos (1965): Movimento Nacionalista de Esquerda Insurrecional de Resistência Contra a Ditadura Militar Brasileira*, encontra-se uma valorosa contribuição para pensar o contexto de surgimento e afirmação de inúmeras teorias que comprovam a dinâmica da dependência estrutural gestada pelo projeto imperialista para o Brasil, e que foi bravamente resistido por parte significativa da militância dos anos de ditadura. O artigo nos leva a refletir sobre a trajetória das *Forças Armadas de Libertação Nacional*, e suas contribuições para os quadros da resistência brasileira à ditadura. O itinerário de tortura e castigo exemplar sofrido por este movimento, se justificou pela injusta assimetria entre os mecanismos repressivos da ditadura em detrimento do que esteve ao alcance da resistência.

No capítulo *Ausência de segurança x excesso de vigilância: a criminalidade e a repressão aos crimes em Marechal Cândido Rondon-PR durante a ditadura civil-militar brasileira*, a autora Edina Rautenberg, analisou algumas notícias entre meados dos anos 1960 a 1980, veiculadas pelo programa radiofônico “Frente Ampla de Notícias”, transmitido pela Rádio Difusora no município de Marechal Cândido Rondon – PR. O texto objetivou desconstruir a visão positiva acerca da segurança pública no período da Ditadura, demonstrando que de forma proposital (na maioria das vezes), há muitos fatos do período não lembrados por parte da população que viveu o referido período. Visto que as notícias vinculadas pelo programa, não apenas evidenciam a existência de altos índices de criminalidade (entendida na análise da autora como roubos de carros, pequenos furtos e assassinatos) durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira, assim como um descaso por parte do poder público (tanto nas esferas estaduais quanto na esfera federal) no que concerne ao esforço de “garantir a segurança pública da comunidade”. Mas em contrapartida, evidências alçadas no próprio programa, juntamente com as fontes da repressão (DOPS), confirmam que quando se dizia respeito aos crimes considerados “políticos” pela Ditadura Civil-Militar Brasileira, existia um enorme aparato disponível para investigá-los e reprimi-los.

Marcos Vinicius Ribeiro, em seu capítulo *O ciclo da violência no Conesul das Ditaduras de Segurança Nacional e do Terrorismo de Estado*, problematiza alguns aspectos teóricos e metodológicos em relação ao emprego da violência como política de Estado durante o contexto das Ditaduras de Segurança Nacional do Conesul. O autor conceituou tal política como *Terrorismo de Estado* procurando contextualizar a utilização da violência de forma ampla e indiscriminada no contexto da Guerra Fria. Nesse sentido, o autor demonstrou que as forças armadas na/da América Latina, foram determinantes para a defesa da hegemonia e reestruturação capitalista nos anos de 1960-70-80, e essa reestruturação ocorreu segundo os interesses do Complexo Militar Industrial (CMI) estadunidense, política denominada de *Pentagonismo*. Dessa maneira, a Doutrina de Segurança Nacional, a política de Terrorismo de Estado e o *Pentagonismo*, são alguns dos principais conceitos que o autor desenvolve ao longo de seu trabalho.

Na segunda parte desta obra, começamos com o capítulo de Paulo José Koling e Marcio Antônio Both da Silva, ambos docentes do PGGH da UNIOESTE, com o capítulo *Terras em fronteiras: apontamentos sobre estudos agrários e ruralidades*. Os autores apresentam resultados dos estudos realizados no âmbito da Linha de Pesquisa *Estado e Poder*, em torno de temas e construções de territorialidades no universo agrário, englobando a Questão da Terra e do Mundo Rural. Partindo dos debates e discussões instigadas pelas atividades de pesquisa de mestrandos e doutorandos, o texto retoma as discussões historiográficas representativas das demarcações da cartografia agrária e de delineamento de fronteiras no âmbito do estado do Paraná e, em especial, nas mesorregiões Oeste, Sudeste e Centro-Sul, lócus dessas práticas de pesquisa em CT&I e lugar social dessa Universidade e Programa de Pós-Graduação.

Encerramos este livro com o excelente capítulo de Fabio Pontarolo. *Jogos de Poder: A Ocupação da Fronteira Meridional Paulista na Crise do Abastecimento da Corte (1808-1821)*, que trata das primeiras ocupações paulistas autorizadas pela Corte brasileira em meio ao contexto em que disputas de sentidos colocavam em lados opostos sujeitos pobres e a Corte brasileira. Pontarolo demonstrando, por meio de poderosa reflexão histórica baseada em fontes do período, como a questão territorial se transformou, como o é até a atualidade, em questão política, definindo a ocupação da província de Guarapuava (Séc. XIX), hoje situada no estado do Paraná, que foi produto de escolhas históricas que, e definiu os lugares de fazendeiros e pequenos produtores pobres no Brasil colonial naquela fronteira meridional.

No texto de Irene Spies Adamy, *Terra e poder: possibilidades de abordagem sobre a patronagem rural no Oeste do Paraná*, encontramos um estudo das relações sociais de produção no campo brasileiro e a atuação das classes ou frações da classe patronal rural. Adamy investiga as novas relações sociais, econômicas e políticas que tem sido construídas em torno do que se convencionou chamar de agronegócio, partindo para a análise acerca das ações organizadas pela classe patronal rural no Oeste do Paraná, com destaque para o Sindicato Rural Patronal de Cascavel e a Sociedade Rural do Oeste do Paraná. Nesse caminho, a autora apresenta, no texto, dados que desvendam as estratégias dos membros desse sindicato no sentido de construir consenso quanto à necessidade de preservação do direito de propriedade, ao mesmo tempo em que os dirigentes de cooperativas que fazem parte da organização patronal pressionavam o governo por uma política agrícola favorável ao setor. A autora demonstra que a região Oeste do Paraná não estava alheia aos efeitos da reorganização produtiva em curso no país.

Em *Questão agrária e o histórico da grilagem de terras públicas no Centro-Sul do Paraná: estudo do imóvel Pinhal Ralo no latifúndio da Araupel S.A.*, Ana Cristina Hammel, Rafael Osvaldo Machado Moura e Jefferson de Oliveira Salles apresentam reflexões a partir do histórico da expropriação e grilagem de terra no Centro-Sul paranaense. No texto, a análise está centrada nos imóveis Pinhal Ralo e Rio das Cobras, sob domínio da empresa madeireira Araupel S.A., constituindo o maior latifúndio em área concentrada do Sul do Brasil em meados do século XX. Os autores apresentam dados a respeito do processo de concentração dessas terras no local e problematizam as formas pelas quais a violência contra a população local indígena e camponesa está inserida na lógica de colonização e grilagem de terras públicas na

fronteira oeste do Paraná. Os autores desvelam o jogo de interesses, as principais formas de grilagem e as formas de resistência camponesa que marcam a questão agrária no Centro-Sul paranaense até os dias atuais.

Por fim, não se pode deixar de mencionar que este livro é uma singela homenagem aos milhares de mortos vítimas da pandemia transformada em projeto genocida pelo atual governo brasileiro. Esperamos que suas memórias jamais sejam esquecidas, e que a justiça se faça em nome dos milhares de familiares que sentirão suas ausências.

Marechal Cândido de Rondon-PR, outubro de 2021

Carla Luciana Silva
Fabio Pontarolo
Leomar Rippel
Marcos Vinicius Ribeiro